

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

KENY ALVES DE OLIVEIRA

**O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NO
TRIÂNGULO MINEIRO NA MÍDIA IMPRESSA
DE UBERLÂNDIA/MG (1994-1998)**

UBERLÂNDIA
2006

KENY ALVES DE OLIVEIRA

**O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NO TRIÂNGULO
MINEIRO NA MÍDIA IMPRESSA DE UBERLÂNDIA/MG
(1994-1998)**

Monografia apresentada ao Instituto
de História da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito à
obtenção do título de Bacharel em
História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo
Almeida

UBERLÂNDIA
2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Almeida

(Orientador)

Prof.

(Examinador)

Prof.

(Examinador)

RESULTADO: _____

DATA: _____

À minha mãe, que sempre me
amparou incondicionalmente com
seu amor, acreditando no meu
potencial e me dando todo apoio
em busca deste ideal.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer

Meu eterno reconhecimento ao meu Professor e Orientador Paulo Almeida.

Ao meu namorado Fernando Leonardo, por sua enorme dedicação e por entender verdadeiramente o que esta pesquisa significa.

Aos meus amigos da História, em especial à minha amiga Dilma Beatriz, pela contribuição e amizade.

À Maria Eleusa Mota, que me ajudou a dar os primeiros passos.

À minha amiga Jeane, exemplo de solidariedade e esperança.

A todos que diretamente ou não contribuíram para a realização deste trabalho.

Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado.

Margaret Mead

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Objetivo geral	11
Objetivos Específicos	12
Metodologia	12
Estrutura da monografia	13
CAPÍTULO 01 – AS ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	14
1.1 – Observações iniciais	14
1.2 – A questão agrária no Brasil	19
1.3 – O tema “MST” na imprensa em geral e o caso específico do jornal O Correio, de Uberlândia	24
CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NA MÍDIA IMPrensa DE UBERLÂNDIA/MG (1997-2005)	29
2.1 – O discurso sobre o MST na mídia impressa uberlandense: levantamento de reportagens sobre o MST	29
2.2 – Depoimentos sobre o MST na região de Uberlândia	39
2.1.1 – Análise	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

LISTA DE QUADRO

QUADRO 01 – Relação de reportagens sobre o Movimento dos	
Sem-terras (1994-1998)	33

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para minha pesquisa é o Movimento de Luta pela Terra (MLT), com ênfase em sua trajetória na região de Uberlândia desde seu surgimento nesta região, por volta de 1997, aos dias atuais.

A razão pela escolha do tema está diretamente ligada à insatisfação que sinto em viver em um país em que há uma minoria privilegiada contrapondo-se a uma maioria excluída, vivendo à mercê desta minoria. Sendo assim, o interesse em pesquisar o Movimento de Luta pela Terra (MLT) é justamente pelo fato de saber que há um movimento organizado, criticando o sistema capitalista e lutando por um Brasil mais justo.

Outro fato que me despertou o interesse em pesquisar o MST diz respeito a ter sido criada em fazenda. Meu pai, já falecido, era um pequeno proprietário de terras, com as quais ganhava o sustento de toda a família. Com sua morte, tivemos que vendê-la. Assim, tendo uma origem rural, é interessante realizar uma pesquisa que tem na propriedade da terra a problemática principal.

Além disso, é gratificante poder estar, de certa forma, voltando ao meu passado e fazendo uma análise da questão. Lembro de algumas situações nas quais meu pai, sendo amigo de grandes

proprietários de terras, revelava o pavor de pensar que suas terras poderiam ser invadidas, isto na década de 1980, no Mato Grosso.

Portanto, tenho uma formação voltada para o campo, embora esta formação seja do lado do proprietário. É interessante, hoje, pesquisar o movimento dos sem-terras e conhecer o outro lado dessa questão, apesar de estar ciente que são locais e datas diferentes. Tenho em mente a construção da imagem do fazendeiro autoritário, que tinha autoridade local. Tal fato é praticamente inexistente hoje em nossa sociedade. É esta a questão que desperta meu interesse pelo movimento.

Em um primeiro momento, eu estava com dificuldade em direcionar a pesquisa dentro do movimento. Contudo, após algumas leituras sobre o assunto, fui em assentamento, em acampamento, enfim, fui conhecer o movimento, e o que mais me chamou a atenção foi a forma de como a imagem do MST é construída pela mídia, de preferência a mídia impressa.

Assim, decidi pesquisar o MST na mídia local. Comecei a fazer um levantamento no Acervo Municipal de Uberlândia. Foram vários dias indo e voltando sem as informações que eu precisava, isto porque investiguei o jornal Correio, e outro problema era a questão do tempo, pois esta pesquisa estava sendo feita no meu horário de almoço, pois trabalho o dia todo. Mas aos poucos fui me direcionando, o que implementou o desenvolvimento da pesquisa.

Enfim, o meu objeto de investigação é o MST na mídia impressa uberlandense.

Diante do exposto, reafirmo que o tema de pesquisa tem como idéia principal, e objetivo central, avaliar o MST na mídia impressa e, notadamente, na mídia local. Pretendo, com isso, fazer um levantamento de como a mídia, no caso o jornal, constrói uma determinada imagem referente aos movimentos sociais, em específico o dos sem-terras.

Antes de tudo, o fundamental para a pesquisa é conhecer o movimento, como esse surgiu, as idéias e propostas. Para isso, é importante fazer uma breve análise histórica referente à propriedade e à utilização da terra no Brasil, analisando-a dentro dos limites da minha formação teórica.

Objetivo geral

Compreender como é realizada, pela mídia de Uberlândia, a construção da imagem referente à construção do MST e também que posição histórico-ideológica é passada para a sociedade; com isso, analisar como as informações políticas são divulgadas pela mídia e, assim, analisar qual tipo de julgamento que a imprensa faz à respeito do MST, ou seja, a posição histórico-ideológica assumida pelos agentes representantes desse dizer.

Objetivos Específicos

Especificamente, procuro conhecer a realidade do MST, contrapondo-a à opinião formada sobre ela de acordo com a mídia. Analisar o significado da trajetória do MST na região do Triângulo Mineiro, suas conquistas e suas dificuldades. Compreender como a elite local vê o movimento. Entender como o poder público local vê o movimento. E, por último, identificar os conflitos existentes em torno do movimento.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de caráter analítico, descritivo e interpretativo.

Analítico porque procura na estrutura de um movimento histórico – o MLT na região do Município de Uberlândia – os encaixes e as causas de ser de um movimento social. Descritivo porque aborda um determinado discurso – o da imprensa escrita – como forma de apreender a realidade citada. E, finalmente, interpretativa porque, dentro das possibilidades de uma prática científica, procuro as margens de uma determinada história – a do MST na região mencionada.

Como procedimentos metodológicos, observo a leitura e a discussão de um conjunto bibliográfico condizente ao objeto e um

mapeamento de material da imprensa escrita no Acervo Público de Uberlândia, conforme mencionei anteriormente.

Além das leituras, como pressupostos teóricos para o desenvolvimento da pesquisa sobre o MST, optei por alguns aspectos da história regional e da história oral para, com isso, poder analisar a sociedade citada e estudar o movimento dos sem-terra na região de Uberlândia. Assim, procurei construir uma análise que ouviu alguns sujeitos por meio de entrevistas, detendo-me em algumas falas de seus discursos.

Estrutura da monografia

Esta monografia constitui-se, além dessa introdução, de dois capítulos e uma seção de considerações finais.

No primeiro capítulo – **As origens da questão agrária no Brasil** – revejo algumas fontes teórico-históricas sobre a discussão do tema que selecionei para a pesquisa.

No segundo capítulo, **O Movimento dos Sem-terra na mídia imprensa de Uberlândia/MG (1994-1998)**, analiso, propriamente, os dados primários levantados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 01

AS ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 – Observações iniciais

O tema desta pesquisa inscreve-se no campo social. Vários trabalhos abordam o MST, sendo que nosso procedimento metodológico inicia com leituras diferenciadas a respeito do movimento e das questões condizentes a essa temática.

Partimos do pressuposto conceitual de movimento social e de classe social, ou seja, sua formação e o surgimento desta como movimento social.

Sendo assim, Classe é um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectado, tanto em matéria-prima da experiência como na consciência, sendo, por conseguinte, um fenômeno histórico. Portanto, de acordo com Thompson,

A classe acontece quando alguns homens como resultados de experiências comuns sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem e geralmente se opõem dos seus².

² THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 30.

Levando em consideração tais conceitos, o MST é resultado da formação de uma classe social.

Neste caso, tendo por base que a classe é determinada em grande medida pelas relações de produção, a relação que existe é entre os que possuem propriedades e os que não possuem, os quais vivem à mercê dos que possuem. Consideramos, ao estudar a luta pela terra, as contradições do capital por meio das ações elaboradas em um campo de conflito no espaço social, onde se desenvolveram as relações sociais e onde estes sujeitos, ao desenvolverem uma luta em movimento para transformar o próprio espaço. Desta maneira, Thompson contribuiu para esse trabalho por meio da concepção na qual a classe trabalhadora não é vista como uma estrutura, como uma categoria estática, mas como uma formação social e cultural em movimento.

Diante disso, não podemos considerar este movimento dentro de uma estrutura determinada, mas sim como um processo contínuo de fazer-se luta, contrariando a idéia de classe social como produto. Por conseguinte, superam-se as estruturas colocadas e criam-se novas formas, nas quais se vislumbram como os trabalhadores vêm construindo novos espaços no entreposto da sociedade.

É interessante pensar o MST enquadrando-o na perspectiva que propõe Thompson:

O que quer que leve os homens a se unir [...] embora isso possa gerar alguns vícios, é favorável à difusão do conhecimento e em última instância, promove a liberdade

humana. Portanto toda grande oficina e grande fábrica são uma espécie de sociedade política que nenhuma lei do parlamento pode silenciar e nenhum magistrado dispensar³.

Para compreender a luta do MST e seu principal objetivo, a Reforma Agrária, analisei conceitos de, entre outros, Paulo Martinez, nos quais esse autor aborda a questão da Reforma Agrária de acordo com um contexto histórico que envolve a Reforma Agrária a partir de vários setores da sociedade, além do envolvimento de temáticas como a concepção de terra na sociedade capitalista brasileira, os intelectuais e a reforma agrária, o projeto do governo, a igreja, os partidos políticos. Em síntese, em um primeiro momento, trata a questão da terra e dos latifúndios espalhados pelo Brasil. Há muitos que são improdutivos e, historicamente, as classes dominantes no Brasil sempre alicerçaram seu poder político, econômico e social no monopólio privado da terra.

Sendo assim, percebe-se que o atual monopólio privado da terra é resultado histórico de um processo que se inicia na colonização.

Em um segundo momento, trabalho a questão da população, considerando as origens históricas do modelo sócio-econômico do moderno capitalismo brasileiro.

Portanto, o objetivo principal é avaliar o peso relativo da propriedade fundiária, da mão-de-obra e dos capitais no conjunto do sistema econômico.

³ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 45.

A idéia que procuro explicar refere-se ao fato de a reforma agrária não ser apenas uma questão de terras, mas, sobretudo, uma questão de pessoas, pois na sociedade capitalista a terra e a gente que nela trabalha são igualmente contabilizadas como fatores de produção. O homem, como instrumento de produção, apesar de todo avanço tecnológico, é ainda o capital mais valioso.

Na mesma vertente, há a contribuição de João Pedro Stedile. Concernente à Reforma Agrária no Brasil, este autor diz ser o MST um consistente modo de distribuição de terras a trabalhadores rurais sem terra. Essa distribuição altera a estrutura da propriedade da terra no campo e implica necessariamente em mudar a estrutura do poder econômico, social e político no campo.

São dois processos simultâneos, que se relacionam como fossem faces de uma mesma moeda: de um lado, a redução da concentração da propriedade; do outro, a mudança do poder econômico, político e social. Sendo assim, a primeira consequência disso é muito clara: a questão agrária é principalmente uma questão política.

Toda questão política consiste em uma disputa entre duas forças que defendem interesses antagônicos. Portanto, o estudo sobre a reforma agrária é importante se se compreender o motivo da luta do MST. Porém, a palavra-chave do movimento é a reforma agrária. Abalizando-se os dois livros sobre o assunto, fica claro que a reforma agrária engloba muitos aspectos do que apenas a simples distribuição de terra. Precisa-se de meios, ou seja, de investimentos

para se trabalhar na terra. Tais questões são discutidas pelo MST; todavia, eles não se limitam a impor uma reforma agrária somente, ou seja, a propriedade da terra, mas o uso dessa na função social, econômica e ecológica.

Trabalhando com a história regional, tive como pano de fundo alguns conceitos de Rafael Samuel, na qual o autor fala da história local e oral. Desta maneira, fica bem claro que o autor, ao trabalhar com história local, deixa explícito que é um assunto que pode ter problemas, por exemplo, para conseguir alguns documentos os quais vão estar sob o domínio da classe dominante e outro problema que pode surgir é o de se ficar preso à situação, devido ao fato de se trabalhar com a história local. Com as histórias particulares tem que se estudar o local pelo local, tem que, o tempo todo, cruzar elementos os históricos. O projeto de história oral não pode descartar o documento escrito, mas a documentação escrita tem que ser aproveitada. Com tais pressupostos, e com o uso da história oral, tive a oportunidade de conversar com um dos integrantes de um acampamento do MST que se localiza a 35 km de Uberlândia, assim como com a secretaria do MST na região. Essas experiências foram muito interessantes para o desenvolvimento desta monografia.

1.2 – A questão agrária no Brasil

O atual monopólio da terra⁴ é resultado histórico do arbítrio exercido pelas classes dominantes, legitimado ou não pelos diferentes governos sob os mais variados regimes políticos durante a história do Brasil.

Foi um longo processo durante o qual diversas figuras institucionais consagraram condições de uso para legitimar o direito de propriedade.

Diversas figuras institucionais, a esse propósito, sucederam-se: a capitania hereditária e a sesmaria, que dispunham sobre as posses das terras no Brasil sob o império português, a lei de Terras, com a qual termina o regime jurídico das posses de terras que existissem na época e cuja origem remontava às capitanias hereditárias e às sesmarias e estabelece a aquisição de terras devolutas por meio da compra, inaugurando, assim, o atual regime fundiário do Brasil, unificando o direito de domínio e posse, constituindo o moderno regime de propriedade.

Desde muito tempo, discute-se o problema da propriedade e da utilização da terra no Brasil⁵. O drama dos sem-terra também é muito antigo, e transpareceu em fatos e acontecimentos marcantes do passado nacional. Assim, as lutas contra as propriedades ou pela terra são datadas desde 1888, quando merece destaque Canudos, na Bahia (1893–1897), cuja revolta foi narrada por Euclides da Cunha

⁴ MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 10.

⁵ Idem, p. 12.

em *Os Sertões*; nessa obra, o autor deixa claros os motivos da concentração de pessoas, e que deram origem ao arraial de Canudos.

No entanto, uma reforma agrária regional teria resolvido o problema de milhares de famílias sem terra e sem trabalho, resolvendo também muitos problemas econômicos e sociais no Nordeste; porém, a solução preferida pelos governantes foi o massacre da população do arraial de Canudos.

No mesmo contexto, ocorreu a Guerra do Contestado (1912–1916) entre o Paraná e Santa Catarina. Movimento esse que envolveu milhares de camponeses pobres e desempregados, os quais foram surpreendidos ou abafados pelas forças públicas.

Neste sentido, na atualidade, o MST é, de certa maneira, repreendido pelas forças públicas e também particulares. Um exemplo de tal fato é a chacina do Eldorado do Carajás no Pará, em 1996.

Ainda neste mesmo âmbito, motivando as lutas que se realizaram no campo, houve nas cidades vários movimentos sociais⁶ que aconteceram no decorrer dos anos 1970: em plena ditadura militar, as pessoas foram à luta.

Surgem vários movimentos de esquerda, os quais são organizações clandestinas de esquerda que vão ao longo da ditadura militar. Existia de tudo: movimentos de estudantes, Comandos de Libertação nacional, Partido Comunista do Brasil (PCB), Ação

⁶ GOHN, Maria Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. p. 34.

Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); contudo, todos movimentos com um objetivo comum de acabar com a ditadura no Brasil.

Enfim, o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano populares ofuscadas pelas classes dominantes. Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular emerge o novo sindicalismo cuja potencialidade e reconhecimento político foi acentuado de diversas formas pelo Estado⁷.

Outra luta que se desenvolveu foi a criação de um partido para defender o interesse dos trabalhadores. Tais lutas representavam a reconquista dos direitos e da dignidade da classe trabalhadora. As experiências na formação dos movimentos para que os trabalhadores conquistassem seu próprio espaço, e construindo o espaço de socialização política, possibilitando a elaboração de práticas de formas de luta como enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais.

Agora, voltando à questão da terra, o movimento organizado surge de 1954 a 1964. Em 1964, tinha-se as ligas camponesas e as ULTABs (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) criadas pelo PCB em 1954 para coordenar as associações camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), criado no fim da década de 1950; no Rio Grande do Sul, tais movimentos foram aniquilados pelos governos militares. E 1975, foi fundada a CPT

⁷ Idem, p. 40.

(Comissão Pastoral da Terra) que começou a apoiar a resistência de posseiros e de algumas ocupações de terra.

Em 1984, foi fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), durante o 1º. Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR). No ano seguinte, e já organizado nacionalmente, acontece o I Congresso Nacional dos Sem-Terra.

Daí para frente, o MST seguiu lutando por um Brasil sem latifúndios. Aos poucos, o MST foi entendendo que conquistar a terra é importante, mas não basta: é preciso também conquistar crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem-terra que, igualmente, precisam ser supridas. E mais, descobriu-se que a luta não é apenas contra o latifúndio: é contra o modelo econômico neoliberal, contra a devassa econômica na qual dinheiro compra dinheiro e todas as barreiras e ações de redução de custos “sociais” são colocadas em prática.

Assim, foram organizados acampamentos, ocupações de fazendas sedes de organismos públicos e de multinacionais, destruição de plantações transgênicas e outras ações políticas.

Eventos como a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, partindo de diversos Estados e chegando a Brasília em 17 de Abril de 1997 (um ano após o massacre de 17 trabalhadores em Eldorado dos Carajás – PA) são realizados esporadicamente, na insistência de não se esquecer a questão agrária no Brasil.

Hoje, o MST atua em 23 estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas. Cerca de 350 mil famílias foram assentadas através desta luta e outras 80 mil vivem em acampamentos.

Podemos então verificar que a luta pela Reforma Agrária produziu resultados. Existem hoje cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), 32 Cooperativas de Prestação de Serviços.

São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos geram emprego, renda e impostos.

Aliada à produção está a educação: cerca de 160 mil crianças estudam da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, nas 1.800 escolas públicas dos assentados.

São vários educadores pagos pelos municípios e desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas no campo.

Em conjunto com a Unesco e com mais de 50 universidades, o MST desenvolve um programa de alfabetização para jovem e adultos nos assentamentos.

Estão em andamento em várias universidades cursos para formar novos educadores e há também a formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas e em magistérios, para colaborar com o trabalho desenvolvido nos acampamentos: há também, junto com o fotógrafo Sebastião Salgado, a construção de uma escola técnica ambientalista em Minas e em parceria com o

governo cubano 45 militantes do MST cursando medicina na Escola Latino Americana de Medicina, em Cuba.

O MST não está isolado na luta por um Brasil e uma América Latina livres. Além de estar em sintonia com diversos movimentos do campo e da cidade do País, o MST sempre teve contato com movimentos e países que abraçaram a mesma causa. É o caso de Cuba que oferece grandes lições ao movimento referente ao cooperativismo. Juntamente com todos os movimentos camponeses da América Latina, o MST faz parte da CLOC (Coordenadoria Latina Americana de Organizações Camponesas) que foi organizada a partir de 1992 com os protestos dos 500 anos da invasão da América Latina.

1.3 – O tema “MST” na imprensa em geral e o caso específico do jornal O Correio, de Uberlândia

É interessante notar que sobre os movimentos sociais populares, ademais como em quase todos os assuntos da sociedade, as posições histórico-ideológicas sempre oscilem. A respeito das ações do MST, os conflitos nos quais o movimento se envolve como forma de luta, sempre ganham visibilidade na mídia, pois são importantes: revelam os choques entre uma maioria dada e uma certa minoria, na disputa por propriedades ociosas e por um

remanejamento da capacidade produtiva, bem como da disputa pela distribuição da renda neste país, por meio do acesso à terra.

Já de início nota-se um conjunto de partes sociais, colocadas em extremos, opostas. A simples maneira como os sujeitos sem-terra se pronunciam sobre suas atividades e como a imprensa informa estes atos revelam as divergências ideológicas de ambas as partes. Fernandes, analisando essa questão, notou os lexemas (palavras) utilizados por esses lados – “invasão”, pela imprensa e “ocupação” pelos sujeitos sem-terra:

Tais substantivos [invasão e ocupação] são constantemente encontrados em reportagens e entrevistas e/ou entrevistas que versam sobre o movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra e referem a diferentes discursos que se opõem e se contestam. Em torno do Sem-Terra, *ocupação* é empregado pelos próprios Sem-Terra e por aqueles que os apóiam e os defendem para designar a utilização de algo obsoleto, até então não utilizado, no caso a terra. *Invasão*, referindo-se à mesma ação, é empregado por aqueles que se opõem aos Sem-Terra, contestam-nos, e designa um ato ilegal, considera os sujeitos em questão como criminosos, invasores. As escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema⁸.

Mais adiante, Fernandes recoloca esta análise como termo para a compreensão do sujeito social quanto a apreensão de discursos enunciados socialmente:

Compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz. Isso posto, se retomarmos o emprego de *invasão* e *ocupação*, [...] temos, pela escolha lexical,

⁸ FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**. Reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. p. 21.

revelação da inscrição socioideológico do sujeito enunciador. Ao utilizar *ocupação*, por exemplo, o sujeito integra, como partícipe, um conjunto de sujeitos cuja natureza ideológica revela-o como solidário aos movimentos dos Sem-Terra, se não um de seus integrantes. Esses sujeitos se opõem ideologicamente a um outro conjunto de sujeitos dispersos no âmbito social, contrários a esses movimentos, que utilizariam o lexema invasão.

No cenário geral da imprensa escrita, esse conflito sócio-ideológico transfere-se para os próprios veículos da escrita, como demonstram o exemplo das revistas **Caros Amigos** e **Veja**, ambas de circulação nacional.

É o caso, notado por mim, quando do levantamento e do estudo bibliográfico sobre o movimento, de uma edição especial referente ao MST da revista **Caros Amigos**, cuja manchete trazia o título *A revolução desarmada*. Naquele número, esta revista trouxe reportagens com relatos dos acampamentos. Vale destacar um assentamento no Sul com o nome de “Socialismo da Fronteira”, que é uma prova de que a luta do MST tem sentido tais questões. O assentamento é formado por cooperativas nas quais todos trabalham, cada um com sua função estabelecida para se chegar a um bem comum a todos, funcionando com base no Socialismo.

A revista **Caros Amigos** é reconhecida por sua militância de esquerda, posicionando ideologicamente ao lado dos que enfrentam as consequências mais graves das contradições sociais vividas no Brasil. Isso significa que este veículo procura escutar a fala de certos marginalizados (mesmo excluídos, em certos casos) no

processo de distribuição dos bens e da produção econômica do Brasil.

Por outro lado, acompanhei algumas reportagens publicadas na revista **Veja**, na qual pude perceber que, de maneira geral, o movimento dos sem-terra, nela, é tratado de uma forma totalmente elitista. Um bom exemplo de tal fato é a reportagem que saiu na tiragem de 9 de julho de 2003: *O importante é o governo Lula tirar da cabeça a idéia de que se pode negociar com os líderes do MST* ou ainda apresentado Lula com o boné do MST e a bota, depois de comer biscoitinhos do MST: “sem terra recebem tratamento vip”, ou ainda: “Sem-terra em ação: invasões, saques, cárcere privado e depredação em nome do social”.

Esse caso dá indícios da posição ideológica dessa revista, **Veja**, e do seu serviço prestado às classes médias e altas. Sendo assim, esta é a imagem, ou, pelo menos, a imagem que a revista tenta construir e, se formos analisar com mais profundidade, observar-se-á que existe todo um processo em que a mídia tenta construir a imagem de um determinado assunto, no caso o MST.

Para compreender tais questões, pesquisei um texto de Adorno em que este autor fala de como a mídia vende determinada imagem: “Como viver a realidade num mundo falso?”⁹. A mídia cria as próprias sensações, desejos à felicidade. De acordo com Adorno, as massas não têm cultura porque elas são criação da indústria cultural, já recebem tudo pronto e acabado. A produção cultural, de acordo

⁹ ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. **Theodor W. Adorno**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1994.

com Adorno, é feita de maneira com que as massas não pensem, e assim o lazer, por exemplo, oferecido para as pessoas, o conformismo, no qual as pessoas vão viver o mundo falso e não é fácil desfazer tal fato. Para Adorno, a dimensão da manipulação tem que se pensar; não dá para ficar nem num campo, nem no outro. Penso que o papel da História e de outras ciências humanas, nesse caso, é questionar, apresentar as concepções sociais em suas contradições.

Ainda neste mesmo contexto, trabalhei, de fato, com o Jornal Correio. É interessante a forma como o Jornal divulga as informações soltas, sem muito conteúdo, com a mesma tendência: a de desfazer o movimento, mas, neste sentido, é importante relatar a propaganda que o MST faz sobre o movimento, no qual as pessoas passam a não ter como fonte de informação a mídia oficial apenas.

Portanto, investigo a maneira como as imagens são construídas, o perfil, histórico e político – portanto, ideológico – traçado pela mídia impressa acerca do MST.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA NA MÍDIA IMPRENSA DE UBERLÂNDIA/MG (1994-1998)

2.1 – O discurso sobre o MST na mídia impressa uberlandense: levantamento de reportagens sobre o MST

Na década de 1990, os conflitos por terra na região do Triângulo Mineiro, mesorregião onde se localiza o município de Uberlândia (Minas Gerais), passou a assistir um aumento acentuado, evidentemente com cobertura da imprensa local.

Como afirmado anteriormente, realizei um levantamento de matérias que registram esse movimento em um tradicional jornal da região, o Jornal Correio, sediado em Uberlândia.

O perfil das reportagens mostra as direções desta história, a posição dos ruralistas, dos sem-terra, das instituições públicas, os confrontos judiciais, a participação da igreja e da sociedade na trajetória dessa luta social.

Considerando o período de real incremento das atividades do Movimento de Sem-Terra na região de Uberlândia, entre 1994 e 1998, elaborei o QUADRO 01, a seguir, que demonstra uma relação de materiais reunidos para este trabalho, um total de 86 matérias publicadas neste período de quatro anos.

VEÍCULO	TÍTULO	DATA	NÚMERO
J. Correio	Acampados ganham terra em Santa Vitória	12/02/1994	16.477
J. Correio	Fazenda do Estado em Santa Vitória é cedida a sem-terra	12/02/1994	16.477
J. Correio	Acampados ganham terras em Santa Vitória	12/02/1994	16.477
J. Correio	Acampados ganham terras em Santa Vitória	12/02/1994	16.477
J. Correio	Sem-terra pedem apuração sobre as agressões da PM	02/04/1994	16.518
J. Correio	Sem-terra voltam a ser agredidos	02/04/1994	16.518
J. Correio	Manifestações lançam grito da terra no Brasil	10/05/1994	16.549
J. Correio	Famílias são despejadas de área invadida em Santa Vitória	23/07/1994	16.614
J. Correio	Sem-terra invadem fazenda em Ibiá	08/11/1994	16.706
J. Correio	Mais de 70 famílias ocupam fazenda em Ibiá	09/11/1994	16.708
J. Correio	Famílias deixam fazenda e ocupam nova área em Ibiá	11/11/1994	16.709
J. Correio	Incra pode comprar fazenda	12/11/1994	16.710
J. Correio	"Cidadania" quer ver os Sem-terra	14/05/1995	16.865
J. Correio	As ocupações no Triângulo	14/05/1995	16.865
J. Correio	Assentados comemoram o segundo aniversário	20/05/1995	16.870
J. Correio	Faltam verbas para assentar sem-terra	28/06/1995	16.903
J. Correio	Sem-terra de Santa Vitória ocupam outra vez fazenda	29/08/1995	16.956
J. Correio	Sem-terra dizem que invasão é definitiva	30/08/1995	16.957
J. Correio	Sem-terra dizem que vão resistir	20/08/1995	16.957
J. Correio	Graziano pede apoio para a reforma	09/11/1995	17.017
J. Correio	Sem-terra invadem três fazendas ao mesmo tempo	28/11/1995	17.033
J. Correio	Maioria não conhecia a fazenda. Propriedade de Perdizes foi invadida às três da madrugada de ontem	28/11/1995	17.033
J. Correio	Sem-terra iniciam o plantio	29/11/1995	17.034
J. Correio	Sem-terra pedem mais proteção. Trabalhadores pedem mais segurança e uma decisão do governo	09/09/1995	16.965
J. Correio	Sem-terra recebem notificação para deixar fazenda	12/09/1995	16.967

Continua

Continuação

J. Correio	Sem-terra garantem que ficam na fazenda	17/09/1995	16.972
J. Correio	70 Sem-terra invadiram fazenda em Santa Vitória	147/01/	17.071
J. Correio	Conflito de Sem-terra será investigado	24/02/1996	17.106
J. Correio	Trabalhadores vão comemorar assentamento	31/03/1996	17.137
J. Correio	Cresce o número de Sem-terra na Fazenda Sonho-Azul	10/12/1995	17.035
J. Correio	Sonho Azul: trabalhadores aguardam vinda do procurador	06/12/1995	17.039
J. Correio	Grupo de Sem-terra é despejado da área em Perdizes	12/12/1995	17.044
J. Correio	Sem-terra terão ajuda de Comitê	21/12/1995	17.052
J. Correio	Sem-terra invadiram área em Araxá	03/05/1996	17.164
J. Correio	Carta pede “municipalização” da reforma agrária	04/05/1996	17.165
J. Correio	Reinvidicações marcam a abertura da Expozebu	04/05/1996	17.165
J. Correio	Doação de área ao Incra agradou aos Sem-terra	23/05/1996	17.181
J. Correio	Renda chega a 7 salários mínimos	26/05/1996	17.111
J. Correio	Famílias do MST sofrem pressão	02/08/1996	17.242
J. Correio	Bancada quer ampliar conceito de terras produtivas	21/08/1996	17.258
J. Correio	UFU incentiva discussão política e cultural	24/10/1996	17.313
J. Correio	Sem-terra invadem fazenda em Uberlândia	15/04/1997	17.458
J. Correio	Brasília é hoje a capital do protesto	17/04/1997	17.460
J. Correio	Sem-terra fazem a programação de plantio em área invadida	19/04/1997	17.462
J. Correio	MLT garante que Incra fará vistoria em fazenda ocupada	22/04/1997	17.464
J. Correio	Sem-terra pedem professores e cestas básicas à Prefeitura	26/04/1997	17.467
J. Correio	Sem-terra pedem ajuda à Câmara e Prefeitura	30/04/1997	17.471
J. Correio	Sem-terra ocupam fazenda em Ibiá	03/05/1997	17.474
J. Correio	Polícia controla fazenda invadida	06/05/1997	17.476
J. Correio	MLT recorre de liminar na segunda	09/05/1997	17.479
J. Correio	Tribunal dá mais 72 horas para Sem-terra desocupar área	13/05/1997	17.482
J. Correio	Liminar de reintegração foi derrubada em BH	16/05/1997	17.485

Continua

Continuação

J. Correio	Assentados lutam por melhores condições	29/06/1997	17.523
J. Correio	Educação dos acampados. MLT reivindica transporte	24/07/1997	17.544
J. Correio	Fazenda Santa Vitória é desocupada	09/09/1997	17.584
J. Correio	MLT quer escola funcionando no Rio das Pedras	20/06/1997	17.515
J. Correio	Sem-terras fazem novo acampamento em Uberlândia	30/01/1998	17.705
J. Correio	Famílias invadem duas fazendas. Líder do movimento alerta que mais invasões vão acontecer	03/02/1998	17.708
J. Correio	Sindicato rural se mobiliza contra invasões	04/02/1998	17.709
J. Correio	MLST critica decisão de ruralistas	05/02/1998	17.710
J. Correio	Deputado pede cumprimento da lei [sobre a questão da terra]	10/02/1998	17.714
J. Correio	MLST invade área em Campina Verde	17/02/1998	17.720
J. Correio	Área deve ser desocupada hoje. Famílias de sem-terra já foram despejadas de outras três fazendas	19/02/1998	17.722
J. Correio	Homens armados fazem segurança em fazendas	19/03/1998	17.733
J. Correio	MLST desafia produtores rurais com invasão	20/03/1998	17.734
J. Correio	Ruralistas procuraram regional dos produtores	20/03/1998	17.734
J. Correio	MST reocupa propriedade em Santa Vitória	21/03/1998	17.735
J. Correio	Romaria comemora as conquistas no campo	21/03/1998	17.735
J. Correio	Invasão de terra	17/04/1998	17.743
J. Correio	Amanhã (hoje) já começaremos a plantar	17/03/1998	17.743
J. Correio	Sem-terra desocupam Fazenda Douradinho	18/03/1998	17.744
J. Correio	MLST acusa produtores de sitiar acampamento	21/03/1998	17.747
J. Correio	Pode haver confronto em fazenda	22/03/1998	17.748
J. Correio	Sem-terra acusa produtores de jogar granada	24/03/1998	17.749
J. Correio	Justiça concede liminar de reintegração	25/03/1998	17.750
J. Correio	Sem-terra ainda ocupam fazenda, mas querem sair pacificamente	26/04/1998	17.777
J. Correio	Sem-terra devem deixar fazenda sem negociação	28/04/1998	17.778

Continua

Continuação

J. Correio	Famílias de sem-terra deixam Fazenda Lajeado	1º/05/1998	17.781
J. Correio	MST ganham 10 dias para sair de fazenda	30/05/1998	17.806
J. Correio	MST ocupa fazenda do BB em Sacramento	05/06/1998	17.811
J. Correio	MST monta acampamento ao lado da Câmara	25/06/1998	17.828
J. Correio	Confusão adia audiência pública em Uberlândia	26/06/1998	17.829
J. Correio	Luta pela terra. MST denuncia agressão em Santa Vitória	24/09/1998	17.906
J. Correio	Sem-terra ocupam três fazendas no Triângulo	29/10/1998	17.936
J. Correio	Ruralistas discutem invasões, MLST ocupa áreas	07/11/1998	17.944
86 reportagens			

QUADRO 01 – Relação de reportagens sobre o Movimento dos Sem-terras (1994-1998).

ORGANIZAÇÃO: OLIVEIRA, Keny Alves; 2005.

2.1.1 – Análise

Até a década de 1970, o Cerrado, em geral, como também na realidade da região de Uberlândia, tinha suas terras agrícolas pouco valorizadas, centradas na produção de leite e agricultura pouco desenvolvida, à exceção dos cafezais.

A partir daquela década, todavia, os rumos das atividades do campo começaram a mudar. As terras da região foram valorizadas quando se percebeu que com irrigação e correção do solo (que é muito ácido) poder-se-ia ter grandes monoculturas. O governo brasileiro, com investimentos estrangeiros (principalmente do Japão) incentiva o desenvolvimento agrícola do Cerrado, inclusive com a migração de sulistas para a região. As monoculturas de soja e o

gado melhorado (notadamente o zebu) alavancam o crescimento agrícola regional.

Nessa trajetória, em meados da década de 1990, passa-se a perceber, na região, atividade de luta pela terra encabeçada pelo MST.

O QUADRO 01, colocado acima, apresenta um recorte – não exaustivo – de publicações do Jornal O Correio que registra as atividades do MST no momento de propulsão deste na região.

De início, tem-se o assentamento de um grupo do MST no município de Santa Vitória, em fevereiro de 1994. Esta notícia demonstra uma atuação precedente do MST na região, em relação ao período demarcado por esta pesquisa – 1994-1998 (justificando-o pela freqüência maior do MST no jornal O Correio nesses anos).

Esta trajetória, que prefiro analisar a descrever, evidencia a atuação de diversos agentes e instituições na trama dessa causa social. Darei destaque à atuação do Jornal O Correio, mas antes abordarei estes agentes e instituições – tais como a Igreja, as forças policiais, o poder público municipal, as instituições educacionais etc.

Desse modo, em abril de 1994, tem-se a reivindicação, pelos sem-terras, de apuração de agressões verbais, físicas e psicológicas, por parte de policiais militares em uma ocupação no município de Santa Vitória, um fato que voltaria a ocorrer diversas vezes. São notórios, em todo o histórico do MST, os conflitos com policiais, que atuam na repressão às atividades dos sem-terras, seja no policiamento das passeatas e demais ações de protesto e

reivindicação, seja no cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse.

A Igreja é uma das presenças ao lado da luta dos sem-terra, pelo menos de uma parte dos seus religiosos. Em 1994, tem-se o relato da participação do Frei Rodrigo Amèdu Peret como porta-voz dos sem-terras em um caso de abuso policial em acampamento de Santa Vitória. Como a igreja, outros agentes e instituições envolvem-se na questão, como a ONG “cidadania em ação”.

As notícias relatam também a relação dos assentados e dos ocupantes em relação ao poder municipal, por meio da solicitação de educação para os filhos e filhas dos militantes, solicitação de transporte e cestas básicas. Contudo, deve-se sublinhar que o MST é um movimento social organizado, posicionado ideologicamente, o que faz com que suas solicitações não se restrinjam ao conforto e à subsistência. O MST tem, sobretudo, preocupações políticas, a exemplo de uma reportagem publicada em maio de 1995, quando atua por meio de uma carta dirigida à Câmara Municipal de Uberlândia sugerindo uma “municipalização” da questão agrária no Brasil – manifestação de um debate ativo entre seus membros, que percebem, na luta diária, a dificuldade de lidar com problemas e necessidades imediatas com o governo federal, sem dúvida mais distante e mais inacessível.

Há o envolvimento do MST com instituições públicas de ensino superior, como a Universidade Federal de Uberlândia, preocupada, em 1996 (e em outros momentos), em debater as

implicações culturais e políticas da presença do MST na região – lembrando-se que as instituições de ensino superior desempenham um papel importante na questão, no que diz respeito à compreensão dos acontecimentos por meio de projetos de pesquisa.

Enfim, a sucessão das reportagens demonstra as ações do MST na região: as ocupações/invasões, as resistências do MST e do poder público, a insegurança dos sem-terra em face da repressão policial e da resistência dos fazendeiros.

Cumprir observar que o movimento social dos sem-terra, no Brasil como um todo, é um movimento organizado, complexo e dinâmico. No entreposto entre as décadas de 1940 e 1960, a partir tipicamente de figuras de resistência anteriormente disperso entre camponeses, garimpeiros, cangaceiros e outros, considerando-se a articulação e a organização desses sujeitos, teve-se a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, reconhecido como entidade tardiamente, na década de 1980, ao tempo da redemocratização do país e das diversas lutas institucionais e sindicais dos trabalhadores por todo o país. No Triângulo Mineiro, em 1993, antes das intensas atividades eclodidas no período evidenciado (e o Jornal O Correio acompanha esse processo), teve-se a fundação do Movimento de Luta pela Terra (MLT), divergências dos sem-terra da região, “[...] incompatibilidades na forma de concepção da luta pelos sujeitos locais com integrantes

do MST, oriundos de outras regiões”¹⁰. Todavia, como muitas vezes a imprensa não faz distinção entre MST e MLT ou outra designação, projeto na sigla do MST a organização de luta pela terra no Triângulo Mineiro.

Procurei me informar, no Jornal O Correio, sobre a visão desse veículo no que concerne ao MST. Para tanto, depois de superar algumas dificuldades de acesso aos jornalistas, na empresa, consegui conversar com o jornalista responsável por editar as matérias sobre o campo, dentre elas as relacionadas ao MST.

Após comentar os propósitos da minha pesquisa, na medida em que ia colocando as questões do meu roteiro, a posição que o jornalista me passou foi a do discurso da imparcialidade: o veículo não tomaria partido nem das instituições públicas, como a Justiça, nem assumia a posição dos ruralistas ou dos sem-terra. Mas sobre a maioria dos jornais, é necessário perceber que eles endossam a visão de seu público, predominantemente constituído pelas classes média ou alta, aquelas que consomem a maior parte das assinaturas e dentre as quais reside o ruralista, para quem as desapropriações do INCRA constituem um verdadeiro pesadelo.

Portanto, de muitas maneiras pode-se notar que a orientação passada pelo jornal sobre sua posição não se sustenta. Observe-se, por exemplo, que não sem freqüência, a imprensa uberlandense tenta intimidar a opinião pública, aterrorizando-a e

¹⁰ FERNANDES, Cleudemar Alves; RIBEIRO, Luciêne Pereira. Deslocamento de sentidos na formação discursiva do sem-terra. **Teorias lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 128.

indispondo a população da cidade contra o MST: “Pode haver confronto em fazenda”, “Homens armados fazem segurança em fazendas”. Ou, ainda, retomando colocações anteriores, quando colocamos a análise de Fernandes¹¹ sobre as palavras “ocupação” e “invasão”. Noto, acrescentando àquela análise, que, geralmente, a imprensa escrita, no caso o Jornal O Correio, utiliza o termo “invasão” em momentos de impactos, quando uma ação do MST acabou de ocorrer. Posteriormente, utiliza também o termo “ocupação”, mas predomina o termo invasão.

Para os sem-terra, os sentidos desses termos são conflitantes: invasão é um crime, ocupação é a apropriação de algo desocupado, ocioso, uma terra que não está produzindo o que deveria, descumprindo sua função social.

Até aqui, o exposto coloca uma visão – a da imprensa – sobre um determinado fato social – o movimento dos sem-terra na região do Triângulo Mineiro. Em seguida, fui ouvir o que alguns sujeitos relacionados ao MLS têm a dizer sobre as questões suscitadas.

¹¹ Idem, passim.

2.2 – Depoimentos sobre o MST na região de Uberlândia

Em duas entrevistas que realizei com pessoas ligadas ao MST, procurei focalizar o pensamento dos sujeitos no que diz respeito a visão dos sem-terra sobre a imprensa.

Dentre as observações pontuadas pelos sujeitos, há a colocação de que:

A mídia é de quem? Quem manda na mídia é os grandes latifúndios ... aí não tem como eles falarem bem [do MST] ... mas nós temos um tema ... falem bem ou mal de nós, mas tem de falar ... porque a gente está sendo lembrado ... mas quando não tem ninguém falando é porque a gente está parado ... outra coisa é que a mídia distorce muito as informação ... a gente já deu entrevista e o que a gente fala eles cortam ... por exemplo ... os caras vêm aqui ... entrevista a gente aqui ... eles são um fi da mãe ... eles só colocam que a gente falou que os policiais é uns fi da mãe, mas põe o porque, o que aconteceu, o que eles fizeram ... igual o que aconteceu em Santa Vitória ... os policiais andavam machucando os companheiros nossos lá, só falam (a imprensa) os finalzinho que você fala ... uma colega nossa lá ficou paralítica, levou uma coronhada de carabina ... eles não passam o que aconteceu [...] (SUJEITO 1).

Esta é uma outra visão sobre a imprensa ser imparcial. Os militantes do MST, politizados que são, percebem que a imprensa escrita alia-se para o público que a financia: “quem manda na mídia é os latifúndios”. Por outro lado, a imprensa precisa da polícia, uma das suas fontes aliadas, fornecedoras de informações cotidianamente. Raramente, portanto, o MST poderia contar com a imprensa como um instrumento aliado à luta que empreende.

E sobre a presença do MST na imprensa, esta é um símbolo de atividade para os sem-terra: apoiados ou negados, mas lembrados, pressionando a sociedade e os setores que a representam. Há que se atentar, ainda, para o papel de censura da fala dos sem-terra, como eles lembram.

Outro sujeito se pronuncia:

A mídia ... a mídia é nossa inimiga ... claro ... ela não tá do nosso lado ... ela tá contra nós ... isso é bem claro, né ... e pra nós do MST a gente não vê problema nenhum em mídia ... a mídia num ataca nós do MST porque nosso povo é conscientizado ... o que eles vê ali eles sabe que é balela tudo ... (SUJEITO 2).

O Sujeito 2 repete a mesma concepção do Sujeito 1 a respeito da mídia – um lugar de oposição que desfavorece de muitos meios o MST, mas que não o confronta diretamente por saber que está lidando com pessoas politizadas. Sobre a repercussão da mídia na sociedade, o Sujeito 2 diz:

Agora em relação à sociedade ... às vezes [a mídia] balança pequenas pessoas ... tem essa comunicação ... vê só a Globo, a Globo [Rede Globo de Televisão], aí acha que o MST é uma baderna mesmo e tal ... há uma preocupação por parte do MST de desconstruir esta idéia negativa que a mídia constrói, que passa para a sociedade (SUJEITO 2)..

O Sujeito 2 demonstra que as notícias e as reflexões sobre as atividades do MST tem seus veículos próprios de divulgação:

Nós temos nossos meios de comunicação que é o Jornal Sem-Terra e a Revista Sem-Terra ... que tem circulado até internacional ... nós temos a página também na internet ... então quem quer saber da verdadeira história do MST tem muito como pesquisar ... adquirir informações no jornal ou na página ... então nós temos nossos meios de comunicação e não

esquentamos a cabeça com a mídia porque ela tá no papel dela ... é isso mesmo ... é contra os trabalhadores de qualquer categoria, né ... é contra o povão ... ela tá a favor da burguesia ... (SUJEITO 2).

Para o MST, a mídia tem um papel: o de indispor a sociedade, acriticamente, contra este movimento social. Pois a mídia forma a opinião das pessoas, e geralmente o faz direcionando os pontos de vista para um único ângulo, o ângulo de quem pretende beneficiar, apesar, como visto anteriormente, da imprensa tentar passar uma posição de imparcial, de neutralidade diante dos fatos (e estes existem?).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de lutas do MST transcorre permeado por conflitos, violência, vitórias e fracassos e marcado por uma produção de imagens, símbolos e impressões acerca de seus sujeitos: os sem-terra, os fazendeiros, a polícia, os governos, etc. Este processo se à pelas diferentes mídias locais, regionais e nacionais.

Analisando a mídia local, especificamente o jornal O Correio, procurei construir uma determinada imagem analítica a respeito do movimento, da apreensão desse pela imprensa local e como este é aceito pela população.

Para os sem-terra, o mundo em que vivemos, o Brasil que construímos, é pleno do seu modo de produção, que acumula os frutos do seu desenvolvimento, concentrando-o para poucos. A imprensa, nessa sociedade, tem uma função atrelada aos suportes de sua sustentação – quem a financia e quem a informa.

Por conseguinte, o Jornal O Correio, no exercício de sua função, informa o que pensa ser os fatos, dissimulando sua posição histórico-ideológica. Seu papel, junto às comunidades militantes dos sem-terra, tolhe a expressão do movimento, censura a fala de seus sujeitos.

Disso decorre que a imagem apresentada à sociedade pela imprensa não corresponde aos anseios do movimento – sua luta por liberdade econômica, seu ideal de sociedade justa e igualitária. A

imprensa em geral, o que não exclui o Jornal O Correio, produz o efeito de sentido de que o MST traz desordem ao campo, incitam a violência e anula as leis. Não é à toa que uma passeata do MST às vezes pode mesmo fechar centros comerciais em pleno dia!

A imagem construída do MST pela imprensa é a imagem da baderna, pessoas procurando um meio fácil de se colocar na vida produtiva do país.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. **Theodor W. Adorno**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1994.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**. Reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. 117 p.

FERNANDES, Cleudemar Alves; RIBEIRO, Luciêne Pereira. Deslocamento de sentidos na formação discursiva do sem-terra. **Teorias lingüísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 12^a. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Para entender o Plano Nacional da Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO, Francisco. **A tragédia da terra**. O fracasso da Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

HOBISBAWN, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques Pierre. **Nova história novos problemas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**. Questão de terra ou de gente? São Paulo: Moderna.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**: questão de terra ou de gente? São Paulo: Moderna, 1987.

MARTINS, José de Souza. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Pesquisa e ensino**. História, pensar, fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensão da história, 1998.

MOTA, Angélica Caetano de Freitas. **O novo mundo rural e o MST**. Monografia.

PRADO Jr., Caio. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

STEDILE, João Pedro. **A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra.